

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	0004183-82.2011.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Ordinário - Ato / Negócio Jurídico
Requerente:	Rafael Silva de Barros
Requerido:	Banco Santander Brasil Sa e outros

RAFAEL SILVA DE BARROS ajuizou ação contra BANCO SANTANDER BRASIL SA E OUTROS, pedindo a declaração de nulidade de contrato de financiamento, a declaração de inexistência de débito, a exclusão de seu nome de cadastro de devedores e indenização por dano moral. Alegou, para tanto, que foi empregado de Thomaz e Dadona Comercial Ltda. ME., vínculo em razão do qual abriu conta bancária para crédito de salário, surpreendendo-se recentemente a informação e cobrança de suposto débito perante o Banco Santander e a cessionária Atlântico Fundo de Investimentos, débito efetivamente inexistente, pois não se beneficiou das importâncias supostamente emprestadas, até porque seu modesto salário superava a capacidade de pagamento. Afirmou padecer constrangimento indevido, pela abertura irregular de conta e suposto fornecimento de crédito.

Indeferiu-se o adiantamento da tutela jurisdicional.

Atlântico Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados contestou o pedido, arguindo ilegitimidade passiva e improcedência da ação, pois não responde por atos de terceiros.

Banco Santander (Brasil) S. A. também contestou, alegando que não pode ser responsabilizado pela atitude atribuída a outrem.

Diligenciou-se sem êxito a citação pessoal de MICROSIGOL INFORMÁTICA LTDA. (atual denominação de THOMAZ & DADONA COMERCIAL LTDA.). Citada por edital, não apresentou defesa, fazendo-o por negativa geral o Dr. Curador nomeado, que postulou ainda a realização de diligências para citação pessoal.

Empreenderam-se novas diligências, na tentativa de citação pessoal da litisconsorte, sem sucesso.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Novos documentos foram juntados, cientes as partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Um dos objetos da ação é a declaração de inexistência de relação jurídica de débito e crédito do autor perante o Banco Santander, provimento que, se acolhido, interfere na cessão de crédito, o que explica e justifica a legitimidade passiva de Atlântico Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, aliás a responsável pelo apontamento do nome do autor em cadastro de devedores (fls. 22).

Os documentos juntados a fls. 280/292 não foram impugnados, desfrutando de força probatória bastante para a rejeição do pedido inicial.

Por intermédio deles, constata-se a abertura de conta bancária e concessão de crédito, não de uma simples conta-salário. Não houve sequer impugnação quanto à assinatura lançada no documento, conforme cópia a fls. 287. O autor não exibiu esse documento quando promoveu a ação, talvez porque não o conhecesse ou porque não quis juntar. Certo é que agora, trazido para os autos, não impugnou o conteúdo do documento, nem a assinatura que lhe é atribuída.

O documento reproduzido a fls. 290 verso/292, igualmente não impugnado, constitui uma Cédula de Crédito Bancário, assinada por ele (fls. 291 verso e 292).

O extrato da conta, juntado a fls. 281, confirma o crédito de R\$ 25.200,00, decorrente de empréstimo, no dia 28 de fevereiro de 2008, e no mesmo dia houve um saque avulso de R\$ 25.000,00. Não houve, também quanto a esse documento, impugnação específica quanto ao fato nele registrado, ou seja, não negou o autor, à vista de tal documento, a apropriação dos R\$ 25.000,00, mediante saque realizado no mesmo dia da emissão da cédula de crédito.

Alegou genericamente, na petição inicial, que assinou papéis apenas

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

para abertura de conta para crédito de salário, quando os documentos juntados mostram a abertura de conta com concessão de linha de crédito e também a emissão de cédula de crédito bancário.

Alegou genericamente que não fez qualquer saque na conta, quando o documento ora juntado demonstra a realização de um saque avulso na mesma ocasião da emissão da cédula de crédito.

Tendo em vista que ele próprio não esclareceu o destino dado ao dinheiro, nem mesmo se o repassou para sua então empregadora, não há fato específico que justifique dilação probatória. Nem há indícios que permitam concluir ter sido iludido pela ex-empregadora, na abertura de conta, com a eventual finalidade de patrocinar as atividades da empresa.

Não se descarta a hipótese de outra discussão, entre o autor e sua ex-empregadora, caso tenha sido iludido por ela na participação indireta nas atividades da empresa, tornando-se sócio de fato, ou pela circunstância de ter empregado o nome para obter crédito mediante a operação financeira em questão. No entanto, se houver discussão a respeito, a causa de pedir será diversa, razão pela qual este juízo não cogita prosseguir com atividade instrutória para esclarecer as circunstâncias pelas quais ele, autor, foi levado a contrair a obrigação financeira.

Note-se, a propósito, que Irineide de Thomaz alega, em procedimento específico, que foi induzida a emprestar o nome na abertura de uma empresa (fls. 33). Mas o autor não alegou ter participado de semelhante simulação. Alegou expressamente que não contratou a obrigação financeira, alegação infirmada pelos documentos trazidos para os autos.

Desse modo, existindo uma obrigação contratual, assumida pela a instituição financeira, justificou-se a inclusão do nome em cadastro de devedores, pela falta de pagamento da dívida no vencimento. Da mesma forma, subsistindo a dívida, não há dano moral indenizável.

Nem pretenda responsabilizar a instituição financeira pela concessão de crédito, pois o argumento não serve para dispensá-lo do cumprimento da obrigação pecuniária assumida.

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, rejeito os pedidos e condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios, em proporção, fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento. A execução dessas verbas, porém, fica suspensa, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 10 de agosto de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA
